

# **A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DO GOVERNO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995 – 2002)**

Andressa Terra Azevedo Moreira de Oliveira<sup>1</sup>

Prof. Dr. Leonardo Mècher<sup>2</sup>

## **RESUMO**

O artigo trata da política externa aplicada durante o período do governo de Fernando Henrique Cardoso, de 1995 a 2002. Apresenta uma pequena retrospectiva dos dois governos anteriores (Fernando Collor de Mello e Itamar Franco) sobre a área citada, para evidenciar como a mudança de postura do governo analisado significou novos rumos para o país. Mostra a dinâmica no cenário regional e extrarregional, através de relações bilaterais e multilaterais com outros países e blocos. Expõe os caminhos percorridos para o país se projetar como umas das potências no novo cenário mundial. Relaciona os fatores que influenciaram as grandes decisões do período, assim como o impacto destas para o país. Analisa os ganhos ordinários obtidos com condução da política externa e as contribuições no setor econômico.

**Palavras chave:** Política Externa Brasileira. Integração Regional. Fernando Henrique Cardoso. Mercosul.

<sup>1</sup> Formando em Bacharelado em Relações Internacionais, no Centro Universitário UNINTER.

<sup>2</sup> Doutor em Ciência Política (UFPR, 2016).

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho visa apresentar quais contribuições estratégicas o governo de Fernando Henrique Cardoso trouxe para a PEB, de 1995 a 2002, compreendendo como o período referido acima foi decisivo na mudança da conduta da PEB, apresentando sua dinâmica no cenário regional e extrarregional, mostrando ainda quais ganhos para o país foram obtidos por tal mudança.

Analisar as ações do governo citado, seus desdobramentos e consequências e de que modo contribuíram para o Brasil alcançar a posição que passou a ocupar no fim de 2002, além de demonstrar a condução da PEB no âmbito regional e no âmbito extrarregional, dando projeção internacional ao país, mostrando o que foi ganho ordinário (política de Estado). Este trabalho é baseado em pesquisa bibliográfica e documental sobre o governo de Fernando Henrique Cardoso.

O artigo contém esta introdução e mais três seções, divididas da seguinte forma: a segunda seção faz uma retrospectiva da PEB de 1990 a 1994; a terceira seção analisa a PEB de Fernando Henrique Cardoso; a quarta seção exemplifica um benefício deixado pela referida PEB e a quinta seção contém as considerações finais sobre o trabalho.

## 2 POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: PERÍODO DE 1990 A 1994

O início da década de 90 foi marcado pela redemocratização do país, que desde 1964 era governado por militares e 1989 elegeu seu primeiro presidente após o período. Essa eleição significava uma ruptura com Política Externa Independente, que era conduzida desde 1974. Segundo HIRST e PINHEIRO (1995), para tal mudança, foram estipuladas três metas: atualizar a agenda internacional do país de acordo com as novas questões e o novo *momentum* internacional; construir uma agenda positiva com os Estados Unidos e descaracterizar o perfil terceiro-mundista do Brasil.

No tocante ao rompimento com a visão terceiro-mundista, a ideia era se valer do novo padrão de política externa como um suporte “para os desafios internacionais a serem enfrentados pelo país a partir de seu processo de reformas econômicas internas.” (HIRST e PINHEIRO, 1995).

Em 1993, a política externa era “voltada para o desenvolvimento do País, para a afirmação de valores democráticos e de sentido universalista. (...) uma política externa sem alinhamentos outros que não aqueles (...) ligados à ética e aos interesses do povo brasileiro” (AMORIN, 1993 *apud* HIRST e PINHEIRO, 1995). A ideia central era mostrar ao mundo que o Brasil era um país que a partir daquele momento participaria ativamente da comunidade internacional, buscando sua inserção nesta. Para isso, as decisões tomadas nesse período envolvem: a participação nos foros multilaterais, a reafirmação do compromisso de não-proliferação nuclear (apesar de não assinar o tratado), a simplificação nas relações com Estados Unidos, o aprofundamento da integração regional e a aproximação com grande parceiros potenciais fora do continente americano.

Os foros multilaterais, especialmente os das Organizações das Nações Unidas (ONU), foi o lugar que o Brasil usou para conquistar a desejada visibilidade internacional, mostrando ao mundo que não seria mais uma nação passiva, mas sim uma nação ativa e engajada com os temas de interesse mundial. Uma proposta interessante foi a de que uma Agenda para o Desenvolvimento fosse somada à Agenda para a Paz. Essa medida foi para garantir o comprometimento das Nações Unidas no combate à pobreza e ao subdesenvolvimento, visto que “(...) a agenda internacional se estruturaria em torno da questão da democracia, do desenvolvimento e do desarmamento, com seus desdobramentos nas áreas de direitos humanos, meio ambiente e segurança internacional, e de que pobreza e subdesenvolvimento constituem ameaças importantes (...)”(HIRST e PINHEIRO, 1995). Outra questão defendida pelo país diz respeito à ampliação do Conselho de Segurança das Nações Unidas, para adequar a organização às mudanças do mundo, garantindo assim, sua eficiência. Desse modo, o país iniciou uma campanha ofensiva para ocupar uma cadeira permanente no referido Conselho.

No que diz respeito ao restante do globo, nesse período o Brasil buscou fortalecer especialmente as relações com a China, a Índia e a Rússia. Seja devido a parcerias econômicas, troca de tecnologias, assinaturas de acordos e tratados, um fato marcante é que os maiores países em extensão territorial e concentração populacional estavam convergindo diante do cenário mundial. Também buscou-se retomar as relações com os países africanos, que ficaram retraídas devido às crises políticas dentro do referido continente e à falta de uma posição ativa por parte do Brasil. Iniciativas como a participação no processo de pacificação de Angola e Moçambique, a proposta de criação da Zona de Cooperação do Atlântico Sul e a criação da chamada Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa (todos em 1993) mostram como o governo brasileiro estava engajado em reavivar suas relações no seio do continente africano.

### **3 POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: PERÍODO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995 - 2002)**

Em 1995, Fernando Henrique Cardoso assume a presidência do Brasil. Idealizador do Plano Real, que foi o responsável pelo processo de estabilização da economia em 1994, enquanto ministro da Fazenda, optou em dar continuidade ao projeto neoliberal, só que de uma forma muito mais estável e articulada. Segundo VIZENTINI (2005), “O presidente representava o novo político dos anos 1990: jovial, contra a 'política tradicional', poliglota e intelectualizado.”

No campo da diplomacia, Cardoso deu início ao que ficou conhecido como “diplomacia presidencial”: repassou ao Ministério da Economia as atribuições econômicas do Ministério das Relações Exteriores e assumiu, ele próprio, todos os assuntos referentes à política no âmbito exterior. O escopo do novo governo no campo internacional era:

“(...) avançar no caminho da integração regional, aprofundando o Mercosul; estímulo à estratégia de diversificação de parceiros nas relações bilaterais; ação junto às organizações econômicas multilaterais, em especial à OMC, e concentrar esforços para elevar a posição de potência internacional do

Brasil, tornando-se um membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, usando, para tanto, de argumentos como tamanho territorial, contingente populacional e seu status na organização.” (VIZENTINI, 2005)

Ou seja, Cardoso tinha como foco reforçar para o mundo a imagem de um Brasil que superou a crise econômica e estava aberto a novas parcerias; um Brasil que finalmente queria assumir seu lugar como potência mundial e, para alcançar tal objetivo mergulharia de cabeça na integração regional.

Em 1994, o MERCOSUL finalmente adquiriu personalidade jurídico-institucional como união aduaneira e passou a buscar parceiros no âmbito político. De acordo com BERNAL-MEZA (2002),

“O Mercosul foi, portanto, um meio termo entre a continuação da política nacionalista e o modelo liberal que dominava a maior parte do mercado mundial. Ele seria usado como uma instância negociadora frente a implantação da ALCA e a nível político também, ajudando o Brasil a alcançar o status de “potência média” no âmbito mundial, através da liderança que exercia no Cone Sul. O Brasil almejava disputar com os Estados Unidos a hegemonia sul-americana.”

Como é possível ver, um fator que acelerou a criação do MERCOSUL foi o projeto de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Segundo SORJ e FAUSTO (2011),

“(…) é importante salientar que os Estados Unidos estavam determinados a criar a ALCA nos mesmos moldes do NAFTA, o que pra o Brasil deixaria o México na condição de apêndice da economia norte-americana. Com isso, o governo brasileiro encontrou na integração regional, sobretudo no Mercosul, uma espécie de proteção para assegurar o seu crescimento na esfera internacional.”

Ou seja, a intenção do Brasil era se fortalecer no cenário regional para poder dialogar com igualdade com as grandes potências mundiais. Em dezembro de 1994, mesmo relutante, o Brasil aceitou iniciar as negociações, sob o seguinte ponto de vista: se continuasse em negativa, poderia fazer as relações com os EUA ficarem tensas novamente, com um confronto direto ao governo americano, além de ficar

isolado no continente; mas por outro lado, aceitando dar início às negociações, seria bem-visto pelos Estados Unidos e ainda ganhariam tempo, de uma forma “amistosa”. Essa ideia também é expressada por BERNAL-MEZA (2002):

“Mesmo não sendo a favor do estabelecimento da ALCA, o Brasil mudou sua postura diante do assunto. O motivo foi simples: se os outros países-membros do Mercosul declarassem que desejavam se relacionar bilateralmente com os Estados Unidos e as negociações da ALCA avançassem, o país poderia um isolamento. Portanto, mudando de abordagem, o Brasil agora passa a ser o interlocutor dos EUA na América Latina.”

Em 1985, o Brasil começa a construir uma parceria estratégica com a Argentina, que serviria de impulso para esclarecer as relações no cenário regional. Segundo alguns autores,

"(...) do ponto de vista do Brasil, a parceria estratégica com a Argentina nada tem a ver com um entrincheiramento no Cone Sul. Na verdade, é o contrário: a parceria, ao dissolver a tradicional rivalidade platina, funciona como plataforma para a superação do modelo das duas bacias. Pela primeira vez na história, o Brasil torna-se capaz de olhar para a América do Sul sem as distorções criadas pelos óculos bifrontes do passado. Assim, abre-se um horizonte novo, que é o da integração sul-americana." (Magnoli, César & Yang, 2000:48 *apud* BERNAL-MEZA, 2002)

No tocante às relações com os EUA, observou-se uma limpeza da agenda internacional. O Brasil finalmente aderiu ao TNP (Tratado de Não-Proliferação Nuclear), ao MCTR (Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis) e ao NSG (Grupo dos Supridores Nucleares), porém não foram muitos os ganhos com a adesão a esses tratados.

No campo referente a parcerias com outros países, o Brasil seguiu a linha do multilateralismo, negociando com a União Europeia, bilateralmente e através do MERCOSUL, e também aprofundando uma parceria estratégica com a China, a

Rússia e a Índia, nas áreas nuclear e aeroespacial. O intuito, além de conseguir mais parceiros com potenciais comercial e político, era tornar o cenário global um sistema internacional multipolar, como alternativa a crescente unipolaridade norte-americana. Contudo, o Brasil cumpria seus deveres apenas com os países do “Primeiro Mundo” e com órgãos internacionais, abandonando seus parceiros ao menor sinal de problemas, a saber: sobre a Índia, quando da realização de testes atômicos, o Brasil denunciou unilateralmente o acordo de cooperação tecnológica que ambos mantinham.

Para explicar a crise que se abateu sobre o final do primeiro mandato de FHC e compreender o impacto que tal fato teve na condução da política externa em seu segundo mandato, é preciso analisar rapidamente o ponto de vista econômico. Com as crises asiática e russa, de 1997 e 1998 respectivamente, a confiança e a segurança que os investidores estrangeiros tinham no mercado brasileiro ficou abalada, ocasionando uma fuga de capitais na casa dos 50% apenas em 1998. Este fato teve um impacto negativo na economia, que vinha se mantendo em crescente recuperação desde o governo Itamar Franco. Com a diminuição drástica desses investimentos estrangeiros, o governo se endividou para continuar valorizando o Real. Segundo VIZENTINI (2005), “a crise financeira e a cambial de Janeiro de 1999 e a possibilidade de retrocesso de alguns objetivos alcançados pelo governo na estabilização monetária, levaram o governo a desvalorizar o Real como forma de equilibrar as contas.” Ou seja, para não perder todos os benefícios conquistados através do Plano Real, o governo optou por “afrouxar as rédeas” no controle cambial, fazendo as mudanças necessárias no âmbito econômico, desdobrando-se no âmbito internacional.

Em 1999, Fernando Henrique Cardoso foi reeleito como presidente, apesar da crise enfrentada, graças ao sucesso do Plano Real. Porém, o discurso desse novo período sofre eu inflexão: as ideias neoliberais foram substituídas pela crítica `a “globalização assimétrica”.

A partir do ano de 1998, o MERCOSUL foi perdendo sua dinâmica como bloco econômico. Argentina começou a apresentar um desequilíbrio em comparação ao Brasil. Essa disparidade afetou o relacionamento com os demais membros e com

os países associados ao bloco. Com o fim da fase de ganhos fáceis, obtidos com a redução automática de tarifas, a Argentina começou a investir pesado contra o MERCOSUL, ao mesmo tempo em que demonstrava simpatia à iniciativa norte-americana para a América, a ALCA. Nesse período, a Argentina vivia uma severa crise econômica e política - resultado do modelo neoliberal no país. Com tudo isso, as relações no continente sul-americano ficaram estremeçadas e a proposta da ALCA ganhava força. Uma análise interessante sobre as crises nos países sul-americanos nesse período é de VIZENTINI (2005):

“Especificamente com relação ao Mercosul, deve-se destacar que suas crises resultaram do fato de os governos dos quatro países-membros, não aproveitarem a situação favorável de 1991-1997 para lançar políticas efetivas no campo tecnológico e macroeconômico para tornar suas empresas competitivas, permitindo, inclusive, a desnacionalização de ramos estratégicos, cujo controle seria vital para efetuar-se um salto qualitativo. Além disso, negligenciaram a importância da ampliação dos próprios mercados internos que, se ampliados por reformas sociais, lhes proporcionariam uma economia de escala, potencializando o desempenho de suas empresas. Faltou, enfim, um projeto de desenvolvimento consequente que fomentasse a produção local. Porém, estas dificuldades não impediram o seu relançamento na nova fase da diplomacia brasileira.”

Ou seja, o grande erro desses países foi não saberem aproveitar os ganhos da fase inicial do bloco para investir na base da economia; se preocuparam tanto em abrir seus mercados ao capital estrangeiro que acabaram cedendo parte de suas áreas estratégicas e, como as importações eram muitas, não atentaram para a modernização dos seus parques industriais, dependendo cada vez mais do capital estrangeiro para equilibrar seus balanços de pagamentos.

Apesar de estar em uma situação desfavorável, Cardoso desenvolveu uma agenda específica para América do Sul, cujo objetivo era traçar caminhos para contornar as crises no MERCOSUL e dar um novo fôlego à integração regional no continente e ainda recuperar uma certa autonomia frente aos Estados Unidos, com o recém-iniciado governo Bush. Com todo este cenário de crises política e econômica,



a ALCA era vista como o único caminho a seguir. Porém, em agosto de 2000, Fernando Henrique Cardoso convocou a I Reunião de Cúpula dos Países Sul-Americanos, em Brasília, fazendo frente ao Plano Colômbia, iniciativa norte-americana de combate ao narcotráfico naquele país e que fora lançado no mesmo mês. Isso mostra que o Brasil estava assumindo seu papel de líder regional, mitigando as investidas dos Estados Unidos no continente.

Com isso, a alternativa ao esgotamento do MERCOSUL foi a viabilização de uma integração de toda a América do Sul, fazendo ressurgir a ideia da Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA), lançada em 1993 durante o governo Itamar Franco. O encontro não investiu de início em acordos comerciais: priorizou um fortalecimento através de medidas que propiciassem, mais tarde, meios físicos de integração das economias. Alguns dos compromissos assumidos consensualmente envolveram interligação da rede de transportes, telecomunicações, energia, gasodutos, oleodutos, entre outros.

Dando continuidade à integração regional no continente, em 2002 ocorreu em Guayaquil, no Equador, a II Cúpula Sul-Americana, cujo intento era firmar uma associação entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina. No evento, Cardoso fez um discurso criticando o posicionamento protecionista dos países do Primeiro Mundo, expôs dúvidas sobre a viabilidade da ALCA no cenário atual e lamentou a não concretização de relações no âmbito MERCOSUL-União Europeia. O presidente brasileiro também frisou a necessidade da parceria MERCOSUL-Comunidade Andina. Essas ações somadas à falta de ajuda dos Estados Unidos à Argentina, quando do colapso econômico, e à instabilidade internacional acabaram por dar um novo fôlego ao projeto de integração.

Nesse mesmo caminho, também em 2002, ocorreu a 23<sup>a</sup> Cúpula do Mercosul, realizada em Brasília, onde segundo VIZENTINI (2005):

“o que foi conseguido foi apenas um acordo de complementação econômica com a Comunidade Andina e o compromisso de dar continuidade à integração entre os dois blocos. No tocante especificamente ao Mercosul, foi assinado um acordo facilitando aos cidadãos a fixação de residência e a possibilidade de trabalhar nos demais países do bloco. As grandes pendências foram adiadas para 2003, ou seja, para o novo governo.”

Com o exposto acima, é possível ver que os avanços rumo à integração sul-americana eram humildes, porém os países sempre reafirmaram o compromisso de tornar o projeto em realidade, o que era muito importante para o Brasil, que desejava aumentar seu parque industrial na região, sem descuidar dos seus outros parceiros espalhados pelo globo. Sobre o MERCOSUL, percebe-se um esforço para retomar a dinâmica do bloco, mesmo sendo em doses homeopáticas, visto que na referida cúpula não se debateu nenhum assunto urgente.

No tocante às relações bilaterais, o governo brasileiro buscou focar nas relações com os países europeus como alternativa às indefinições e disputas na União Europeia e às dificuldades desta em ter no comando um negociador de fato. As parcerias bilaterais mais importantes do Brasil no continente europeu foram com a Alemanha, Portugal e Espanha. Embora tenham mantido contatos políticos intensos, as relações do Brasil com a França durante o período foram condicionadas pelos posicionamentos nas negociações comerciais, onde o Brasil assumiu uma postura crítica em relação aos subsídios agrícolas, e a França, a defesa da Política Agrícola Comum.

Em relação à China, o país estabeleceu parcerias estratégicas em setores de indústria pesada, serviços de consultoria e engenharia, infraestrutura, matérias-primas e energia. Com a Índia, apesar da similaridade na política e no comércio mundial, não tem havido grandes parcerias comerciais, porém existe uma sintonia das agendas dos foros multilaterais. No tocante a Rússia, existe um campo enorme para cooperação, como indústria aeroespacial, combustíveis, química fina etc., mas as dificuldades de sua transição para uma economia de mercado vêm causando impactos negativos ao avanço da parceria. Sobre a África, ela deixou de ser ostensiva a todo o continente para ser seletiva. Apenas ao final do governo Cardoso aconteceu a mudança da aplicação dessa seletividade, ficando para o sucessor o desenvolvimento de tal política. Resumindo, apesar de para cada região haver um argumento estratégico, em todo o período sempre vigorou a seletividade e o pragmatismo. (SILVA, 2012).

#### **4 AS CONTRIBUIÇÕES DA PEB DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO NA MELHORIA DA ECONOMIA ATRAVÉS DO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO (IED)**

Na década de 1990, com a intensificação da abertura comercial e da liberalização da economia através de medidas de desregulamentações, ocorreram grandes transformações na economia nacional, influenciando o surgimento de uma nova política industrial, ao levar em conta as transformações em curso do cenário internacional (integração comercial e financeira e a revolução tecnológica) no intuito de responder aos desafios de gerar um novo modelo de desenvolvimento para o país. A estabilidade econômica brasileira advinda do Plano Real, em 1994, culminou na queda dos níveis inflacionários, sendo um fator favorável a entrada de investimentos estrangeiros diretos (IED) no país. Parte desses investimentos chegaram de privatizações de empresas estatais. É possível ter um panorama do cenário analisando o trecho a seguir:

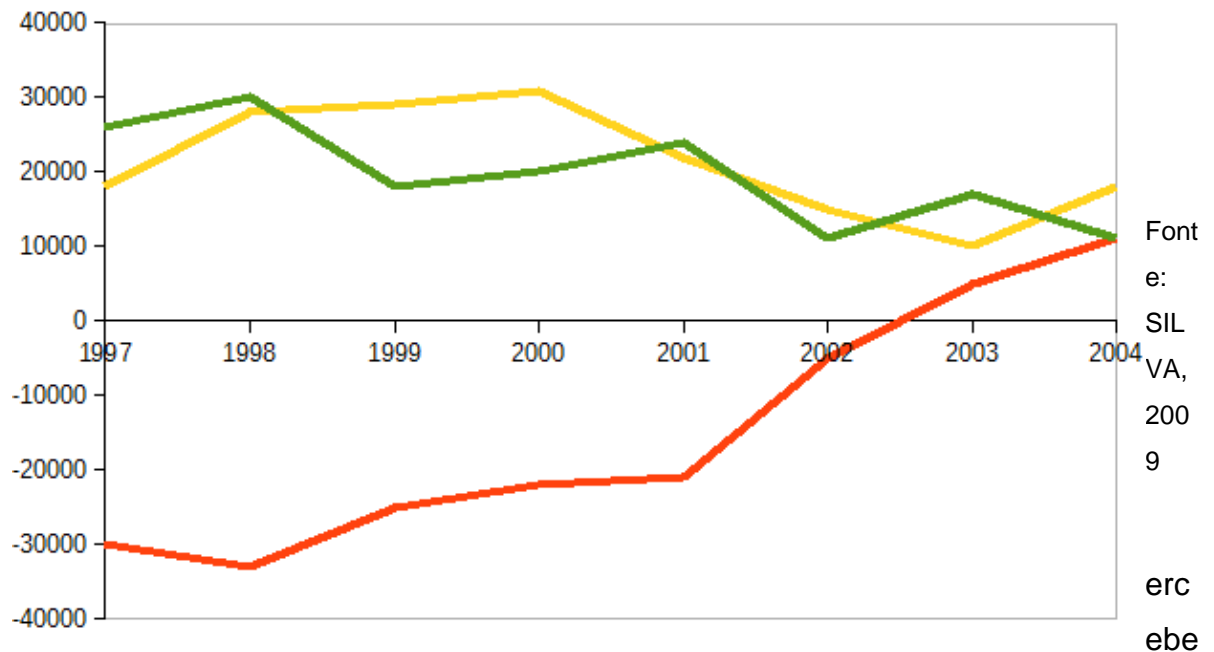
“Entretanto, é a partir de 1996, que o processo de privatização brasileiro começa a desempenhar seu papel macroeconômico de maior importância. Com as adversidades provocadas pelas crises asiática (1997) e russa (1998), as receitas oriundas da alienação das empresas estatais serviram como um "colchão" para que a estabilidade fosse mantida por meio do equacionamento dos déficits em conta-corrente e da dívida pública, em trajetória ascendente desde 1994. Em primeiro lugar, o montante de investimentos estrangeiros (IED) que foi canalizado na compra dos ativos estatais reduzia significativamente as necessidades de contratar empréstimos externos para o financiamento do déficit corrente. Em segundo lugar, os recursos da privatização permitiam ao governo evitar que a dívida pública se tornasse insustentável, uma vez que o aumento desta em proporção do PIB mostrava-se objeto de preocupação desde 1994.” (Giambiagi e Além, 1999 *apud* SANT ANNA, 2017)

Com o exposto, é perceptível que apesar de ser uma medida impopular do ponto de vista interno, as privatizações permitiram uma entrada maior de capitais no país, através do IED, possibilitando uma maior sustentação financeira para manter a estabilidade econômica. Segundo BERNAL-MEZA (2002),

“Com relação aos ganhos para o país, podemos dar como exemplo a experiência com o investimento estrangeiro direto: o Brasil se beneficiou com um fluxo altamente significativo, pois a partir da reformulação da política cambial (janeiro de 1999) para uma de cunho neoliberal, da

desvalorização da moeda e da abertura da economia, o país passou a ser um dos principais receptores de IED.”

É possível ver em SILVA (2009), uma análise do IED no financiamento do *déficit* em transações correntes, relacionado ao balanço de pagamento do Governo. Observando o gráfico abaixo, percebe-se que desde que houve a mudança na política cambial em 1999, a entrada de IED no país foram superiores ou bem próximos ao *déficit* em transações correntes.



— SALDO EM CONTA CORRENTE -se ainda que os *déficits*  
 — IED LÍQUIDO comerciais de 1994 a  
 — SALDO EM CONTA CAPITAL 2000 são em parte

compensados no resultado final no balanço de pagamento pela entrada crescente do IED, o qual desempenhou um papel importante no financiamento do *déficit* em conta-corrente. Ou seja, o capital advindo do IED foi imprescindível para proporcionar as ferramentas necessárias para manter a estabilidade econômica alcançada com o Plano Real.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como primeiro presidente eleito pelo povo a completar um mandato, Fernando Henrique Cardoso assumiu o país em uma época de mudanças substanciais em todo o globo. Seu modo de conduzir o governo teve como característica marcante uma visão neoliberal, com acentuada abertura econômica.

Na Política Externa, assumiu ele próprio a chancelaria do país para por várias mudanças necessárias em prática, visando projetar o Brasil como potência no cenário internacional que estava surgindo. Seu foco foi o multilateralismo, o aprofundamento da integração regional e a busca de parcerias estratégicas para o país fora do continente americano. Com a experiência da crise entre seus mandatos, trocou seu discurso neoliberal para a “globalização assimétrica”, criticando a estrutura do sistema internacional vigente.

No âmbito mundial, seu governo ficou caracterizado pela busca da inserção internacional do país, seja através de foros multilaterais ou através da liderança na integração regional, deixando para trás a antiga visão terceiro-mundista.

## REFERÊNCIAS

Almeida In: GIAMBIAGI, Fábio; REIS, José Guilherme; URANI, André. (orgs.), **Reformas no Brasil: Balanço e Agenda** (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004; ISBN: 85-2091-609-0, p. 203-228.

BERNAL-MEZA, Raúl. **A política exterior do Brasil: 1990-2002**. Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 45, n. 1, p. 36-71, June 2002.

PINHEIRO, Letícia; HIRST, Monica. **A política externa do Brasil em dois tempos**. Revista Brasileira de Política Internacional, 1995.

SANT ANNA, Eduardo Pimentel: **“O investimento externo direto no Brasil durante o governo FHC (1995-2002)”**, Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana, Brasil, (marzo 2017). En línea: <http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/17/investimento.html>

SILVA, André Luiz Reis. **O Brasil diante da globalização: a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)**. Publicação da Associação Brasileira de Relações Internacionais, Vol. 7, n. 1, jan.-jun. 2012, p. 20 a 34.

SILVA, Luiz César Fernandes da. **O investimento estrangeiro direto na economia brasileira nos anos 90: expectativas, resultados e diretrizes para a política pública**. 2009. 167 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2009.

SORJ, Bernardo; FAUSTO, Sérgio. **O PAPEL DO BRASIL NA AMÉRICA DO SUL: ESTRATÉGIAS E PERCEPÇÕES MÚTUAS**. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **Dez anos de Mercosul: A crise da integração e o desafio da ALCA**. Indicadores Econômicos FEE, v. 29, n. 1, 2001.